

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 508.557 - SP (2019/0126893-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : CLAUDIO ROCHA COELHO JUNIOR (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARLOS HIDEKI NAKAGOMI - SP329880
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA O INDEFERIMENTO LIMINAR DE *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PENA INFERIOR A 8 ANOS DE RECLUSÃO. REGIME FECHADO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. INEVIDÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. Inexistindo patente ilegalidade a ser reparada, não há razão para processar o *habeas corpus*.
2. Hipótese em que o regime inicial está baseado não na gravidade abstrata do delito, mas em dados concretos considerados pela Corte *a quo*, os quais, inclusive, foram considerados para modular a fração da redutora do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de junho de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator